
Companhia Águas de Itapema

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Águas de Itapema

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Águas de Itapema ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

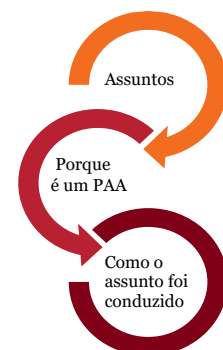
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Itapema em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Recuperabilidade do ativo intangível do contrato de concessão (teste de impairment) - Notas 2.11 e 10

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 147.126 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão.

Consideramos o teste de *impairment* do intangível como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, em relação as premissas, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nas premissas utilizadas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; o teste do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Águas de Itapema

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação



Companhia Águas de Itapema

pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 30 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Circulante		23.576	8.425	Circulante		21.729	32.088
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.527	456	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	12.722	16.299
Contas a receber	4	4.885	3.951	Passivo de arrendamentos	12.3	1.086	838
Créditos tributários	5	2.814	7	Fornecedores	14	4.459	4.909
Adiantamentos	6	1.000	300	Pessoal a pagar	15	599	435
Ativos destinados a aplicações na concessão	7	1.870	1.747	Encargos sociais a pagar	15	142	405
Partes relacionadas	11	2.050	1.953	Encargos tributários a pagar	16	227	8.011
Outros ativos circulantes	8	430	11	Impostos e contribuições parcelados	16	2.408	1.189
				Outras contas a pagar		1	2
				Dividendos a pagar	18.3	85	-
Não circulante		166.518	121.049	Não circulante		133.362	62.659
Realizável a longo prazo		2.590	325	Empréstimos e financiamentos	13	109.282	45.349
Títulos de valores mobiliários		50	47	Passivo de arrendamentos	12.3	12.148	11.872
Créditos tributários	5	2.245	-	Impostos e contribuições parcelados	16	8.900	1.856
Outros ativos não circulantes	8	295	278	Partes relacionadas	11	2.918	3.468
				Provisões para contingências	17	114	114
Imobilizado	9	152	101	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.003	34.727
Intangível	10	147.126	120.623	Capital social	18.1	32.175	32.175
Direito de uso do ativo	12.1	16.650	-	Reserva legal	18.2	1.157	1.139
				Reserva de retenção de lucros	18.4	1.671	1.413
Total do ativo		190.094	129.474	Total do passivo e patrimônio líquido		190.094	129.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	19	98.811	48.631
Custos dos serviços prestados	20	(68.531)	(15.889)
Lucro bruto		30.280	32.742
(Despesas)/receitas operacionais		(14.816)	(10.604)
Despesas gerais e administrativas	21	(10.648)	(7.335)
Despesas comerciais	22	(3.218)	(2.295)
Outras receitas/despesas	23	(950)	(974)
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		15.464	22.138
Resultado financeiro	24	(14.586)	(12.485)
Despesas financeiras		(17.376)	(12.960)
Receitas financeiras		2.790	475
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social		878	9.653
Imposto de renda e contribuição social		(517)	(5.495)
Corrente	25	(517)	(5.355)
Diferido		-	(140)
Lucro líquido do exercício		361	4.158
Lucro por ação - Reais	26	0,0112	0,1292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstração dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	361	4.158
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>361</u>	<u>4.158</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	32.175	931	1.724	-	34.830
Distribuição da reserva de retenção de lucros	-	-	(1.724)	-	(1.724)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.158	4.158
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	1.413	(1.413)	-
Constituição reserva legal	-	208	-	(208)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(2.537)	(2.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	32.175	1.139	1.413	-	34.727
Distribuição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	361	361
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	258	(258)	-
Constituição reserva legal	-	18	-	(18)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(85)	(85)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.175	1.157	1.671	-	35.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	361	4.158
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente		
Depreciação e amortização sobre imobilizado, intangível e direito de uso	6.425	4.676
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	1.940	4.722
Juros apropriados sobre debêntures	11.676	7.343
Juros apropriados sobre impostos em atraso e parcelamentos	1.226	330
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	913	980
Impostos diferidos	-	185
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas à receber	(1.847)	(981)
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.136)	(2.139)
Créditos tributários	(5.052)	80
Estoques	(122)	(118)
(Aumento)/Redução nos Passivos		
Fornecedores	(450)	(1.923)
Encargos tributários a pagar	(7.783)	4.472
Salários e encargos sociais a pagar	(99)	242
Impostos e contribuições parcelados	7.281	(1.537)
Demais contas à pagar	180	2
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	13.513	20.492
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(49.630)	(1.114)
Disponibilização de títulos e valores mobiliários	(2)	(3)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	(49.632)	(1.117)
Empréstimos e financiamentos captados	96.482	7.243
Empréstimos e financiamentos pagos - Amortização	(34.987)	(17.577)
Empréstimos e financiamentos pagos - Juros	(14.755)	(3.968)
Lucros distribuídos	-	(4.836)
Empréstimos com acionistas	(550)	(3.358)
Caixa Líquido captado pelas (aplicado nas) Atividades de financiamento	46.190	(22.496)
Acréscimo (decrécimo) Líquido no Saldo de Caixa	10.071	(3.121)
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do Caixa Inicial	456	3.577
Composição do Caixa Final	10.527	456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia Águas de Itapema (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede na Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão, que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04 de dezembro de 2015. Com a prorrogação contratual, a Companhia assumiu contratualmente as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões (não auditado) nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto de 2016 até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto R\$ 353,9 milhões (não auditado). Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de verão. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.1. Planos da Administração

Conforme previsto pela Administração, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou lucro líquido, e, reverteu o capital circulante líquido que estava negativo apresentando o montante positivo de R\$ 2.203 (negativo em R\$ 23.663 em 2018). Fato este que se deu em decorrência do alongamento da dívida com a emissão das debêntures e parcelamento de impostos.

A Administração, com base em estimativas do retorno de seus investimentos e a implantação da tarifa justa definida no reequilíbrio contratual, prevê ainda mais melhorias em seus resultados e reforço de caixa ao longo de 2020.

A Administração da Companhia vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, como o aumento de sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Estas medidas incluem, entre outras:

- Readequação de suas obrigações estratégicas de investimento;
- Foco na continuidade ao plano de redução de custos e despesas.

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu R\$ 100.000 em debêntures enquadradas na Lei 12.431. Tal captação de recursos foi utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019, com conclusão até o final do 1º semestre de 2020.

A captação contou com o Banco Santander (Brasil) S.A. como Coordenador Líder e obteve

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

rating Aa3.br pela Moody's.

A totalidade dos recursos oriundos da referida emissão foi investida no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto da cidade de Itapema - SC, enquadrado como prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº 320, de 15 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2018, o qual compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água da Companhia Águas de Itapema, envolvendo, aproximadamente, 37 km de rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Praia Mar e Morretes (não auditado); ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Morretes; construção de mais uma Estação de Tratamento de Água com capacidade de 125 litros por segundo (não auditado) e novos reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar 7 milhões de litros (não auditado) e ampliação da Lagoa de Reservação de água bruta em mais 200 milhões de litros (não auditado).

Com a ampliação do atendimento de esgoto e da capacidade de tratamento de água, a Companhia, assim como previsto no plano de negócio, aumentará sua receita e cumprirá com as obrigações contratuais, dentro de um equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 3 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do

balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, inclusive abrangendo os efeitos do CPC 48. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A Companhia reconhece o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida Útil Estimada
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e Periféricos	20
Máquinas e Equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente,

demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

a) Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

c) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

2.20 Mudanças em políticas contábeis

2.20.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB e está em vigor para o exercício de 2019:

. **CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil":** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Com relação aos efeitos do CPC 06 (R2), a Companhia firmou contrato de locação sob medida na modalidade de *built to suit*. A partir da entrega definitiva do imóvel, que se deu em dezembro de 2018, o contrato de locação foi reconhecido como passivo a valor presente e os ativos reversíveis foram reconhecidos como ativos intangíveis (direito de uso).

A Companhia acompanhou as demais situações no processo de avaliação de sua adoção a partir de 1º de janeiro de 2019, resultando na contabilização de ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos de uso nos valores de R\$ 1.114 , respectivamente.

. **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento Tributário sobre o Lucro:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Taxes) ("CPC 32 / IAS 12") quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia avaliou e adotou a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	309	187
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	10.218	269
	<u>10.527</u>	<u>456</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 99% do CDI, comparados aos 98% do CDI em 31 de dezembro de 2018.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber - Consumidores	11.347	9.500
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.462)	(5.549)
	<u>4.885</u>	<u>3.951</u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre a distribuição de água tratada e serviços de rede de esgoto no Município de Itapema - Santa Catarina, em regime de concessão.

4.2. Composição das contas a receber por vencimento

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Faturado		
A vencer	3.324	2.577
Vencidos até 30 dias	1.390	1.123
Vencidos de 31 até 60 dias	198	228
Vencidos de 61 até 180 dias	340	350
Vencidos há mais de 181 dias	6.095	5.222
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(6.462)	(5.549)
	<u>4.885</u>	<u>3.951</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Movimentação das Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos iniciais	5.549	4.469
Atualização / Reversão PCLD	(808)	(854)
Créditos provisionados no exercício	1.721	1.934
Saldos finais	<u>6.462</u>	<u>5.549</u>

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.462 ao longo dos anos.

5. Créditos tributários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Cofins a recuperar sobre intangível	1.962	-
Pis a recuperar sobre intangível	426	-
IRRF sobre aplicação financeira	422	7
Parcelamento pago indevidamente	4	-
	<u>2.814</u>	<u>7</u>
Não circulante		
Cofins a recuperar sobre intangível	1.845	-
Pis a recuperar sobre intangível	400	-
	<u>2.245</u>	<u>-</u>
Total de créditos tributários	<u>5.059</u>	<u>7</u>

6. Adiantamentos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamento a funcionários	59	13
Adiantamento a fornecedores (a)	941	287
Total de adiantamentos	<u>1.000</u>	<u>300</u>

(a) Valores classificados como adiantamentos a fornecedores referentes a prestadores de serviços na execução dos projetos de infraestrutura e melhorias iniciadas em 2019 e que serão concluídas em 2020.

7. Ativos destinados a aplicações na concessão

Os ativos destinados a aplicação na concessão são compostos por materiais de construção e demais artefatos e insumos aplicados em reparos da rede de tratamento de esgoto e água.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Produtos químicos	149	205
Bombas e equipamentos	296	318
Tubos e conexões para água	137	121
Tubos e conexões para esgoto	913	949
Hidrômetros	262	36
Outros materiais de uso e consumo e manutenção	113	118
	1.870	1.747

8. Outros ativos circulantes e não circulantes

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Seguros a apropriar	430	11
	430	11
Não circulante		
Depósitos recursais	295	278
	295	278

Além dos seguros prediais e de veículos já existente, foram celebrados seguros garantia das obras realizadas durante o exercício de 2019 e início de 2020.

9. Imobilizado

9.1. Composição

	Vida útil (%)	31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	80	(69)	11	11
Veículos	20	711	(687)	24	20
Computadores e periféricos	20	189	(150)	39	11
Máquinas e equipamentos	10	462	(384)	78	59
		1.442	(1.290)	152	101

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo			Saldo
	31/12/2018	Adições	Depreciação	31/12/2019
Custo				
Móveis e utensílios	11	3	(3)	11
Veículos	20	13	(9)	24
Computadores e periféricos	11	37	(9)	39
Máquinas e equipamentos	59	35	(16)	78
	<u>101</u>	<u>88</u>	<u>(37)</u>	<u>152</u>

10. Intangível

10.1. Composição

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxa			Taxa				
	Amortização	Amortização	Intangível	Amortização	Amortização	Intangível		
	Média Anual	Custo	acumulada	Líquido	Média Anual	Custo	acumulada	Líquido
Contrato de concessão	4,2105%	178.558	(48.631)	129.927	4,2105%	147.330	(43.959)	103.371
Direito de uso do ativo (a)	-	-	-	-	2,5230%	17.376	(124)	17.252
Obras em andamento (b)	-	17.199	-	17.199	-	-	-	-
		<u>195.757</u>	<u>(48.631)</u>	<u>147.126</u>		<u>164.706</u>	<u>(44.083)</u>	<u>120.623</u>

(a) No início de 2019 o direito de uso foi reclassificado para o grupo “Direito de uso do ativo”, conforme nota 12.1.

(b) são parte das obras que não foram concluídas dentro do período.

10.2 Descrição da concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços de abastecimento básico de água tratada e tratamento de esgoto, mediante contrato firmado com o Município de Itapema, no Estado de Santa Catarina, para realização dos serviços de abastecimento de água. Compreendendo a execução de todos os investimentos e as atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e a sua comercialização, mediante a cobrança de tarifa. O prazo de concessão é de 480 meses (40 anos), contados a partir do efetivo início dos serviços concedidos, e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados.

A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água, de forma a possibilitar devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade do serviço prestado.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos automaticamente ao Município ao serviço de água e esgoto do Município de Itapema.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3 Movimentações do intangível

	31/12/2019				
	Intangível líquido inicial	Adições	Transferências	Amortização do exercício	Intangível líquido final
Contrato de concessão	103.371	31.228	-	(4.672)	129.927
Direito de uso (Built to suit)	17.252	-	(17.252)	-	-
Obras em andamento	-	17.199	-	-	17.199
	120.623	48.427	(17.252)	(4.672)	147.126

	31/12/2018				
	Intangível líquido inicial	Adições	Transferências	Amortização do exercício	Intangível líquido final
Contrato de concessão	106.705	1.107	68	(4.509)	103.371
Direito de uso (Built to suit)	-	17.376	-	(124)	17.252
Obras em andamento	68	-	(68)	-	-
	106.773	18.483	-	(4.633)	120.623

10.4 Amortizações

A amortização é realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão.

A seguir a composição das amortizações previstas e estimadas para os exercícios subsequentes:

	Amortização prevista anual	
	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	6.012
2020	10.509	6.012
2021	10.509	6.012
2022	10.509	6.012
2023	10.509	6.012
Após 2023	105.090	90.563
	147.126	120.623

Com base em um laudo técnico de empresa contratada, a Companhia reavaliou seu critério de amortização a partir de janeiro de 2014, passando a considerar as melhores estimativas de realização do ativo até o encerramento do prazo de concessão, bem como também considerando a realização de determinados ativos, quando sua vida útil é inferior ao prazo de concessão. A partir de janeiro de 2016, por conta do aditivo de contrato de prorrogação do prazo da concessão e o reequilíbrio, a Companhia continuará a amortizar seu intangível de acordo com o prazo de concessão, que se finda em 2044, ou a vida útil, dos dois o menor.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.5 Serviços de construção

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	49.320	1.165
Custo de construção	(49.320)	(1.165)
	<u>-</u>	<u>-</u>

10.6 Teste de impairment do intangível

A Companhia elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, considerando o crescimento vegetativo (3% a.a.), a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 10,72% a.a.. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais premissas incluídas no teste (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seu acionista, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

11.1. Composição

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante		
CONASA - Infraestrutura S/A (a)	2.050	1.953
Passivo não circulante		
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	2.918	3.468

(a) Os saldos de parte relacionada com a Controladora referem-se às movimentações financeiras efetuadas entre as companhias. As companhias tomarão ou emprestarão recursos financeiros conforme suas necessidades, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso. O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias, em razão de se utilizarem da premissa de uso de

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas empresas;

- (b) A Sanesalto cedeu a valor de face, em virtude do PRT e PERT, créditos tributários decorrentes de prejuízos acumulados que não seriam utilizados em sua operação. Conforme contrato de créditos tributários firmado entre as partes, podendo ser liquidados em até 60 meses. Durante o exercício de 2019, a Companhia liquidou parcialmente o valor de R\$ 550.

11.2. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia mantinha um saldo a pagar de R\$ 335 em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019 encerrou o exercício com saldo zero, referente as despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa ao qual vem pagando conforme sua disponibilidade de caixa.

Estão inseridos nestes serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo	
	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A. (a)	-	335

	Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	4.303	3.889

- (a) Os valores correspondentes ao passivo dos reembolsos de serviços administrativos compartilhados estão inseridos no grupo de Fornecedores.

11.3. Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2019, totalizaram R\$ 336 (em 2018 totalizaram R\$ 331).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

12. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos

12.1 Direito de uso

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Intangível
				Líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	8,51%	17.376	(1.613)	15.763
Direito de uso - Outros arrendamentos	-	1.114	(227)	887
		<u>18.490</u>	<u>(1.840)</u>	<u>16.650</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário (“FII”), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Em 2018 foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06. Em 2018 o direito de uso foi registrado juntamente com o grupo do intangível, já no início de 2019 foi reclassificado para conta específica.

12.2 Movimentação do direito de uso

	31/12/2019				Direito de uso líquido final
	Direito de uso líquido	Transferências	Adições	Amortização do exercício	
Direito de uso - Built to suit (a)	-	17.252	-	(1.489)	15.763
Direito de uso - Outros arrendamentos	-	-	1.114	(227)	887
	-	17.252	1.114	(1.716)	16.650

12.3 Passivo de arrendamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	979	838
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	107	-
	1.086	838
Não circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	11.341	11.872
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	807	-
	12.148	11.872

13. Empréstimos e financiamentos

13.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - IGPM (CCB) (a)	jun/19	10,50%	-	-	10.009	-
Capital de giro - TJLP (BRDE) (b)	mai/37	13,40%	2.190	9.982	2.331	10.499
Capital de giro - Sicredi	jan/20	12,00%	-	-	1.191	-
Capital de giro - CDI	out/21	10,50%	2.321	1.151	2.600	2.961
Conta corrente		13,11%	-	-	157	-
Debêntures (c)	jul/29	12,00%	-	9.084	-	31.889
Debêntures (d)	ago/27	7,01%	8.211	89.065	-	-
Finame	out/19	18,80%	-	-	11	-
			12.722	109.282	16.299	45.349

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo Inicial em 31/12/2018	61.648
Captações	100.000
(-) Pagamento do Principal	(34.987)
(-) Pagamento dos Juros	(14.755)
Provisão de Juros	13.616
(-) Custo Captação	(3.862)
Amortização custo de captação	344
Saldo Final em 31/12/2019	122.004

- (a) Para financiar a infraestrutura da concessão, em 2006 a Companhia captou o montante de R\$ 43.000 por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB), este empréstimo é remunerado a taxa de 10,5% a 11% a.a., sendo uma parcela pequena das CCBs, cerca de 12% das CCBs, remuneradas à 10,50% a.a. e correção monetária indexada ao IGP-M. Em garantia ao empréstimo assumido, a Companhia constituiu, em favor do banco, penhor integral sobre todos os direitos creditícios (contas a receber de clientes), decorrentes da prestação de serviços pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto. Com a 2ª emissão de debêntures a Companhia liquidou as CCBs em sua totalidade em março de 2019;
- (b) Em abril de 2017 a Companhia conseguiu liberação de recursos perante ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no valor total de R\$ 13.200, que foram liberados em 3 parcelas, sendo a primeira em 2 de junho de 2017 no valor de R\$ 5.000, a segunda em 26 de julho de 2017 e a terceira no valor de R\$ 1.200 em 14 de dezembro de 2017. A garantia do contrato se deu através de imóvel situado na cidade de Cambé de propriedade de terceiros em nome de Rio Jacutinga Participações S.A. Estes recursos foram utilizados na ampliação e infraestrutura dos investimentos na concessão;
- (c) Em 04 de julho de 2016 houve a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 21.000 da Companhia Águas de Itapema, que foram adquiridas pela Conasa Infraestrutura S.A. , com vencimento para 2 de julho de 2029, com o mecanismo de pagamento (“bullet”), justamente para não onerar fluxo de caixa de curto prazo da Companhia em outros financiamentos.
- (d) Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu a 2ª emissão em debêntures no valor de R\$ 100.000, enquadradas na Lei 12.431. A Companhia constituiu, em favor do banco, penhor integral sobre todos os direitos creditícios (contas a receber de clientes), decorrentes da prestação de serviços pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto. Tal captação de recursos será utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019. Este empréstimo é remunerado a juros de 7,0685% a.a. e correção indexada ao IPC-A.

Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) intervenção do poder concedente, (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Além das cláusulas restritivas a emissora deverá apresentar em até 90 dias do término do exercício o relatório do ICSD (Índice de cobertura do serviço

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da dívida) que deve ser igual ou superior a 1,2%, e do índice de liquidez que deve ser igual ou superior a 1%.

A Companhia cumpre integralmente as cláusulas restritivas.

13.3. Vencimento das parcelas dos empréstimos (principal e encargos)

Ano de Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	16.299
2020	12.722	6.934
2021	17.896	6.934
2022	16.365	4.571
2023	19.059	3.975
2024	18.717	3.875
Após 2024	37.245	19.060
Total	122.004	61.648

14. Fornecedores

A Companhia trabalha com diversos fornecedores dos mais variados ramos de atividades, destacando-se fornecedores de materiais e serviços de infraestrutura de saneamento, materiais hidráulicos, materiais de construção e empreiteiros no setor da construção civil. Apresentamos a seguir os saldos comparativos:

	31/12/2019	31/12/2018
AMC Construções Ltda (a)	-	2.367
Marcos Ferros e Aços Ltda (a)	718	-
Conseng Engenharia Ltda (a)	818	-
LMR Obras, Comercio e Construções Ltda (a)	969	-
Outros Fornecedores	1.954	2.542
	4.459	4.909

(a) Refere-se a fornecedores de materiais e empreiteiras contratadas para execução das obras de infraestrutura. Foram quitadas grande parte das medições dentro do exercício de 2019, porém, ocorreram outras obras de infraestrutura medidas dentro deste exercício, as quais serão liquidadas durante o exercício de 2020.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal a Pagar		
Salários a pagar	189	135
Provisões trabalhistas	408	293
Outras obrigações trabalhistas	2	7
	599	435
Encargos Sociais		
INSS a recolher	87	377
FGTS a recolher	27	21
IRRF sobre folha a recolher	26	6
Contribuição assistencial	2	1
	142	405
	741	840

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais e parcelamentos

Encargos tributários a pagar	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
PIS e COFINS a recolher	164	1.407
ISS a recolher	22	2
Retenção de impostos	41	27
Impostos de renda e contribuição social	-	6.575
	227	8.011
Impostos e contribuições parcelados	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Parcelamento previdenciário	122	-
Parcelamento demais débitos RFB	735	193
Parcelamento de ISS	61	361
Parcelamento demais débitos - PGFN	1.370	-
Parcelamento PRT/PERT - PGFN	120	635
	2.408	1.189
Não circulante		
Parcelamento previdenciário	397	-
Parcelamento demais débitos RFB	2.498	611
Parcelamento de ISS	5	59
Parcelamento demais débitos - PGFN	4.910	-
Parcelamento PRT/PERT - PGFN	1.090	1.186
	8.900	1.856

16.1 Parcelamento federal

Em 31 de julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituída pela MP 783 de 31 de maio de 2017 que foi regulamentada com a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. Durante o exercício de 2018 a Companhia liquidou grande parte da dívida, restando apenas débitos da Procuradoria Geral da Fazenda que foi realizado em 145 parcelas.

No início de 2019, em virtude de início das obras, a Companhia deixou de pagar alguns tributos. Parte deles foram enviados a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Com a entrada do recurso da emissão das Debêntures, foram parcelados os impostos tanto na PGFN quanto os inscritos na Receita Federal.

17. Provisões para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, sendo que estas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas, contudo, houve processos que na análise dos advogados foram considerados que a Companhia terá êxito, desta forma, grande parte foram revertidos. Abaixo demonstramos a movimentação:

17.1. Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de Perda	31/12/2019			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	114	-	114
Possível	-	1.818	548	2.366
Total	-	1.932	548	2.480

- (a) Os processos referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

Probabilidade de Perda	31/12/2018			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	114	-	114
Possível	-	1.818	548	2.366
Total	-	1.932	548	2.480

17.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como perda possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui os saldos de R\$ 2.024 (R\$ 1.818 em 2018) em processos tributários, R\$ 354 (R\$ 548 em 2018) em processos civis, e R\$ 239 em processos trabalhistas considerados como perdas possíveis.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado que em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 32.175, composto por 32.175.136 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir, a composição acionária:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	32.175.136	100%	32.175.136	100%
	32.175.136	100%	32.175.136	100%

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2. Reserva legal

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Neste exercício foi provisionado o valor de R\$ 18 (em 2018 R\$ 208).

18.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ao encerramento do exercício foram provisionados dividendos no valor de R\$ 85 (R\$ 2.537 em 2018).

18.4. Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados para cumprimento do plano de investimentos e cronograma de obras e serviços definidos no contrato de concessão. Desta forma foi constituído o valor de R\$ 258 para retenção de lucros (em 2018 R\$ 1.413).

19. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de serviços	56.667	50.942
Receita de construção	49.320	1.165
Cancelamentos	(3.466)	(1.634)
Impostos sobre serviços	(3.710)	(1.842)
	98.811	48.631

20. Custos dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Custo com pessoal	(2.952)	(2.850)
Custo com materiais e insumos	(2.127)	(957)
Custo com produtos químicos	(1.525)	(1.566)
Custo com serviços de terceiros	(4.565)	(3.354)
Custo com amortização e depreciação	(6.263)	(4.633)
Custo com energia elétrica	(1.779)	(1.364)
Custos com construção	(49.320)	(1.165)
	(68.531)	(15.889)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	(1.221)	(689)
Despesas com serviços de terceiros	(2.547)	(1.842)
Despesas com serviços administrativos compartilhados (a)	(4.303)	(3.889)
Despesas com viagens	(234)	(76)
Despesas com locação	(55)	(171)
Despesas com depreciação	(125)	(43)
Despesas sobre CCBs e debêntures (b)	(759)	(26)
Outras despesas	(1.404)	(599)
	(10.648)	(7.335)

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Referem-se aos serviços administrativos compartilhados efetuados durante o exercício pela controladora, conforme mencionado na nota explicativa 11.2.
- (b) Refere-se as despesas com agente fiduciário, amortização dos custos de emissão da segunda emissão de debêntures e taxa anual de garantia do empréstimo do BRDE.

22. Despesas comerciais

	31/12/2019	31/12/2018
Despesa com pessoal	(797)	(870)
Propaganda e publicidade	(871)	(305)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(913)	(980)
Depreciação e amortização	(37)	-
Outras despesas comerciais	(600)	(140)
	(3.218)	(2.295)

23. Outras receitas / despesas

	31/12/2019	31/12/2018
Multas sobre impostos em atraso	(959)	(985)
Outras Receitas	9	11
	(950)	(974)

24. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debêntures	(11.420)	(7.343)
Juros sobre atualização das CCB's	-	(2.696)
Juros sobre empréstimo de capital de giro e FINAMEs	(2.174)	(2.026)
Juros tributários	(1.226)	454
Despesas Bancárias	(429)	(831)
Juros sobre arrendamentos	(2.084)	-
Outras despesas financeiras	(43)	(518)
	(17.376)	(12.960)
Receitas financeiras		
Juros recebidos sobre aplicação financeira	2.336	43
Juros recebidos sobre arrecadação em atraso	453	431
Outras receitas financeiras	1	1
	2.790	475
Resultado financeiro	(14.586)	(12.485)

25. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido durante o exercício de 2018. Já no exercício de 2019, a Companhia optou pelo regime de apuração do lucro real trimestral. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL aplicada após os ajustes do lucro líquido, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo a composição:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social (corrente) - (a)	(517)	(5.355)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	-	(140)
	<u>(517)</u>	<u>(5.495)</u>

a) A seguir a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social corrente:

	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	878
Alíquota Nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(299)
Ajustes da base tributável	
Adições sobre os critérios da lei 11.638/07	1.653
Exclusões sobre os critérios da lei 11.638/07	(955)
IRPJ e CSLL s/prejuízos fiscais e base negativa	(179)
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(517)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(517)</u>
Alíquota efetiva	<u>59%</u>

Composição	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Vendas brutas	48.039	48.039
Base de Presunção	48.039	48.039
Presunção lucro (32%)	15.372	15.372
Receitas Financeiras	448	448
Base tributável	15.820	15.820
IRPJ (15%)	(2.373)	-
Adicional (10%)	(1.558)	-
CSLL	-	(1.424)
	<u>(3.931)</u>	<u>(1.424)</u>

26. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	361	4.158
Média ponderada de ações em circulação	32.175.000	32.175.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>0,0112</u>	<u>0,1292</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros

a. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

b. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	2019		2018		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	10.527	10.527	456	456
Contas a receber	Custo amortizado	4.885	4.885	3.951	3.951
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.050	2.050	1.953	1.953
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	4.459	4.459	4.909	4.909
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	122.004	122.004	74.358	74.358
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	13.234	13.234	74.358	74.358
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.918	2.918	3.468	3.468

c. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

	Risco	Taxa		Saldo Atual	Saldo em risco	Cenários		
		atual	Taxa futura			Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro								
Caixa e Equiv. Caixa	Redução da taxa CDI	6,42%	6,47%	10.527	676	5	4	3
Clientes		6,42%	6,47%	4.885	314	2	2	1
Passivo financeiro								
Debêntures	Aumento na taxa IPCA	7,069%	8,150%	106.360	7.518	(16.187)	(20.233)	(24.280)
Empréstimo BRDE	Aumento na taxa TJLP	6,98%	7,50%	12.172	850	(1.763)	(2.203)	(2.644)
Empréstimo Capital Giro	CDI	10,25%	10,97%	3.452	354	(733)	(916)	(1.099)
Arrendamento - BTS	Aumento na taxa IGP-M	7,30%	7,59%	12.340	901	(1.837)	(2.297)	(2.756)
Outros Arrendamentos	Aumento na taxa IGP-M	7,30%	7,59%	914	67	(136)	(170)	(204)
				<u>(119.826)</u>	<u>(8.700)</u>	<u>(17.941)</u>	<u>(22.430)</u>	<u>(26.920)</u>

(b) Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado a cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos e empréstimos é demonstrada na nota explicativa nº 11, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

d. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2019	31/12/2018
A - Total de empréstimos e financiamentos (nota 13)	122.004	61.648
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	10.527	456
C = (A - B) - Dívida líquida	111.477	61.192
D = Total do patrimônio líquido	35.003	34.727
E = (C + D) - Capital total	146.480	95.919
C/E = Índice de alavancagem financeira	76,1%	63,8%

28. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os contratos de seguros que a Companhia efetuou em 2019 cobrem os principais ativos operacionais, em especial as estações de tratamento de água e esgoto, com período de vigência de 1 de fevereiro de 2019 a 1 de fevereiro de 2020.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	42.935	24.000

29. Eventos subsequentes

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado, podendo afetar evolução de receitas, em especial com aumento de inadimplência caso haja agravamento da situação econômica e impactar na velocidade de investimentos.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

* * *